



**21<sup>a</sup> SEMANA NACIONAL DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

*Ciência, saberes e biodiversidade:  
UFRRJ e sociedade em conexão com os biomas brasileiros*



ÁREA TEMÁTICA

# DIREITOS HUMANOS

## A LÍNGUA OUTRA COMO CAMINHO PARA CELEBRAR O DIVERSO: UM PASSO CONTRA A ESTEREOTIPAÇÃO NA NEURODIVERGÊNCIA PRETA E POBRE

Larissa de Sousa Borges<sup>1</sup>, Adriana Tavares Maurício Lessa<sup>2</sup>, Tamara Franca de Almeida Magalhães<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Discente do Curso de Letras, Departamento de Letras e Comunicação, UFRRJ; <sup>2</sup>Docente do Departamento de Letras e Comunicação, UFRRJ; <sup>3</sup>Servidora de Apoio Técnico Acadêmico, UFRRJ.

Este projeto visa a sensibilizar comunidades escolares localizadas em áreas de vulnerabilidade social sobre o subdiagnóstico de neurodivergência, com foco especial na população negra e de baixa renda. A disparidade no diagnóstico entre pessoas brancas e negras em contextos de vulnerabilidade social é notável. O objetivo é disseminar informações sobre neurodivergência em uma escola da rede de educação básica situada no bairro Costa Barros, no Rio de Janeiro, uma região com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e alta concentração de população negra. A primeira etapa do projeto é estabelecer um vínculo de confiança com a escola selecionada. Esse vínculo será construído através da presença constante de uma bolsista, que atuará semanalmente na escola. Essa abordagem permitirá uma intervenção respeitosa, inclusiva e equitativa, facilitando a identificação precoce de estudantes neurodivergentes provenientes de perfis étnico-sociais vulneráveis. O objetivo é prevenir a estigmatização e assegurar que essas crianças recebam o suporte necessário.

A metodologia do projeto inclui duas etapas principais. Inicialmente, serão realizados encontros com a equipe escolar e observações de campo para compartilhar informações sobre neurodivergência e identificar estudantes com possíveis sinais de neurodivergência. Na segunda etapa, o projeto prevê o desenvolvimento de material pedagógico e a realização de 40 oficinas e encontros personalizados para esses estudantes. As oficinas apresentarão o inglês, introduzindo a língua estrangeira como uma ferramenta para valorizar a diversidade e promover o autoconhecimento.

Além disso, o projeto inclui minicursos de extensão para professores, estudantes e servidores em Costa Barros. Esses minicursos visam expandir o impacto do projeto, oferecendo formação adicional sobre neurodivergência e a relevância da língua estrangeira para estudantes neurodivergentes. A escolha pela Língua Inglesa se justifica pela possibilidade de um contato diferenciador com estudantes neurodivergentes, cuja inteligência linguística pode ser um aspecto relevante a ser explorado.

Os resultados iniciais sugerem que a abordagem proposta cria um ambiente mais inclusivo e promove a aceitação da diversidade. As atividades das oficinas têm ajudado os estudantes a refletirem sobre suas identidades e diferenças, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais equitativo. O projeto está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, contribuindo para a educação inclusiva, a redução das desigualdades e o crescimento sustentável. A divulgação dos resultados será realizada por meio da produção de material técnico que será publicado no portal da UFRRJ e em sites acadêmicos como ResearchGate. Este projeto não apenas se conecta com a pesquisa em andamento sobre “Língua Estrangeira e Neurodiversidade”, mas também aborda questões críticas de direitos humanos e justiça social, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável na educação.

**Palavras-chave:** neurodivergência, língua estrangeira, raça, vulnerabilidade social

## CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA NA AGRICULTURA FAMILIAR - CLINIDHAF

Rulian Emmerick<sup>1</sup>, Lair Tavares Neto<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Direito, Humanidades e Letras. Possui pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em Serviço Social pela mesma universidade. Desenvolve pesquisas no campo dos Direitos Humanos, principalmente nas relações de gênero, religião e política. Nos últimos anos tem atuado em temas relacionados aos Direitos Humanos na agricultura familiar, como coordenador do projeto CLINIDHAF, da UFRRJ-ITR.

<sup>2</sup> Discente do curso de Direito na UFRRJ no Instituto Três Rios e bolsista BIEXT do projeto de extensão Clínica de Direitos Humanos e da Cidadania na Agricultura Familiar – CLINIDHAF.

Este projeto de extensão Clínica de Direitos Humanos e da Cidadania na Agricultura Familiar - CLINIDHAF é realizado no Núcleo de Prática Jurídica Jéssica Philipp Giusti, do curso de Direito do Campus do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover direitos humanos e cidadania na agricultura familiar. Com a finalidade que os agricultores possam produzir e vender seus produtos, é essencial garantir direitos básicos como acesso à terra, crédito e informações sobre seguridade social. Sob supervisão dos professores, os estudantes de Direito se engajam em atividades para disseminar informações e fortalecer a cidadania no contexto da agricultura familiar em Três Rios e região.

O projeto Clínica de Direitos Humanos e da Cidadania na Agricultura Familiar (CLINIDHAF) busca promover direitos humanos e cidadania na região de Três Rios, proporcionando acesso à justiça e orientação sobre direitos relacionados à agricultura familiar. O objetivo é demonstrar o impacto positivo do projeto na região e sua relevância para a promoção dos direitos humanos na agricultura familiar, levando o acesso à justiça para agricultores familiares da região.

Sob supervisão dos professores e parceiros do projeto, os alunos matriculados em estágio supervisionado e Prática jurídica são envolvidos nas atividades voltadas à disseminação dos direitos humanos e cidadania no contexto da agricultura familiar. As principais atividades incluem: - Orientação jurídica sob a supervisão de professores do projeto ou do Núcleo de Prática Jurídica para atender demandas dos agricultores familiares; - Ajuizamento e acompanhamento de casos selecionados pelo projeto para defender direitos relacionados ao tema; - Estabelecimento de parcerias com órgãos públicos, privados e sociedade civil para criar uma rede de apoio à promoção dos direitos humanos na agricultura familiar e realização de palestras e oficinas sobre temas jurídicos com os agricultores familiares.

Em dois anos, o projeto envolveu diretamente 120 pequenos agricultores e, indiretamente, mais de 300, além de contar com mais de 20 processos judiciais e administrativos ativos, números expressivos para o período. O projeto segue em constante evolução, com boas perspectivas para os próximos anos.

Em 2023, foi apresentado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Além disso, um artigo científico foi publicado em 2024, explicando a relação entre a agricultura familiar e o direito brasileiro, destacando o trabalho realizado pelo projeto.

Por fim, a agricultura familiar, no Brasil e no mundo, promove direitos humanos e é crucial para a produção de alimentos da cesta básica, sendo fundamental para a segurança alimentar.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; direitos humanos; acesso à justiça;